



## Introdução

O trabalho ora apresentado, em forma de relatório técnico, tem por objetivo analisar a prestação de contas do governo do Estado, relativa ao exercício de 2015, sob os aspectos contábil, orçamentário, financeiro e operacional, como determina a Constituição Federal no seu artigo 70, combinado com o artigo 71, inciso I.

A referida prestação de contas é examinada a partir dos demonstrativos contábeis apresentados no Balanço Geral do Estado (anexos da Lei 4.320/64, demonstrativos da lei orçamentária e suas alterações, relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal) com os dados definitivos do exercício e informações complementares.

O relatório técnico está estruturado em capítulos, onde se busca abordar aspectos das gestões fiscal, orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa, incluindo também análises nas áreas de educação, saúde, publicidade, previdência, bem como as relações do Estado com organizações do terceiro setor e parcerias público-privadas, a fim de permitir uma visão mais ampla da gestão estadual.

O primeiro capítulo, Conjuntura Socioeconômica, contextualiza o presente trabalho nos cenários estadual e nacional, sendo ali apresentados indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, em comparação, quando aplicável, aos dos demais estados da federação e com os do Brasil.

No capítulo Gestão Administrativa será apresentada inicialmente a composição da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco no exercício de 2015. Em seguida, será procedida a análise do quadro de pessoal permanente e temporário do Poder Executivo com o objetivo de quantificar e comparar as principais modificações ocorridas no exercício de 2015 em comparação ao exercício anterior. Ao final, serão enfocados os cargos efetivos e comissionados.

No capítulo relativo à Gestão Orçamentária são analisados os instrumentos de planejamento e orçamentação e a compatibilidade entre eles, bem como as alterações sofridas pelo Orçamento Fiscal e de Investimentos. Quanto à execução dos orçamentos, é analisado o balanço orçamentário, o comportamento das principais receitas que integram a arrecadação estadual, bem como as despesas mais relevantes e suas fontes de financiamento, segundo suas classificações, funcional e econômica. Excetuando-se as vinculações de recursos de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações de saúde, que são analisadas em capítulos específicos, o capítulo apresenta a verificação das demais vinculações de recursos de ordem legal e constitucional (recursos destinados ao combate à seca, ciência e tecnologia, bem como as aplicações dos recursos da CIDE combustíveis e do FECEP). Por fim, são tratadas as transferências compulsórias e voluntárias feitas pelo Governo estadual aos seus municípios.

O capítulo da Gestão Financeira e Patrimonial, por sua vez, apresenta os Balanços Financeiro, Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais, analisando o comportamento do fluxo financeiro e a apuração do déficit/superávit financeiro do exercício, bem como do resultado patrimonial. Também é feita análise da



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

representatividade dos saldos dos principais grupos de contas patrimoniais que integram o Balanço Patrimonial. Destes grupos, em especial, é objeto de análise o comportamento da dívida ativa do Estado e, dentre as obrigações, a dívida consolidada do Estado, na qual é observado se o Estado cumpriu os limites de endividamento e de pagamento definidos pelo Senado, como também os principais fatores que influenciam o estoque da dívida, sua natureza e os principais credores. Também merece destaque a análise dos Restos a Pagar inscritos ao final de 2015 conjugados com as Despesas de Exercícios Anteriores processadas no início do exercício subsequente (2016), em teste de eventos subsequentes.

Já o capítulo de Gestão Fiscal trata de verificar o cumprimento, pelo Estado, dos requisitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal por meio da análise dos seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos seus Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Destaca-se a análise do saldo das disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício de 2015 em confronto com as obrigações de curto prazo, o percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, bem como o cumprimento ou não, pelo Estado, dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para operações de crédito, dívida consolidada e concessão de garantias e contragarantias. Adicionalmente, é verificado o cumprimento de metas fiscais exigidas do Estado em razão do Programa de Readequação e Ajuste Fiscal celebrado ante a União em 1997 e mantido em vigor ao longo do exercício sob análise.

No que tange aos capítulos de Educação e Saúde, é verificado o cumprimento dos limites mínimos de aplicação da receita de impostos estabelecidos pela Constituição Federal, sendo agregadas informações complementares de forma a permitir uma visão mais ampla da gestão pública estadual nessas importantes áreas sociais.

O capítulo seguinte, Publicidade Governamental, contempla os gastos com campanhas publicitárias, realizados pela Administração direta e indireta, verificando-se o cumprimento de limites legais vigentes no âmbito do Estado.

O capítulo Previdência dos Servidores Públicos Estaduais trata da análise financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco. Dentre outros aspectos, destaca o Resultado Previdenciário do Exercício, a evolução da Despesa Previdenciária Líquida em relação à RCL-2006/2015 e as Projeções Atuariais das Receitas e Despesas Previdenciárias - 2016/2091.

Por sua vez, o capítulo do Terceiro Setor enfoca precipuamente das Organizações Sociais (OSs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), abordando a qualificação e renovação da titulação dessas organizações, os repasses financeiros efetuados pelos órgãos e entidades estaduais para OSs e OSCIPs, inclusive a contabilização desses repasses.

O capítulo denominado Parcerias Público-Privadas (PPPs) aborda os contratos de PPP celebrados pelo Estado de Pernambuco, em vigor no exercício de 2015, destacando o estágio de execução de cada contrato e as suas cláusulas mais relevantes, analisando, ao final, o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas do Estado de Pernambuco constante no RREO – 6º bim./2015.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

No capítulo seguinte (Monitoramento das Recomendações), são apresentadas as recomendações emanadas dos Pareceres Prévios, referentes às prestações de contas dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 encaminhadas ao Governo do Estado de Pernambuco e as respectivas ações/justificativas apresentadas pelo Governo do Estado quando da Prestação de Contas do Governador – exercício 2015.

Por fim, é apresentado um ‘Quadro Resumo do Cumprimento de Limites’ legais e constitucionais que foram destacados ao longo do relatório, bem como um capítulo que agrega os pontos relevantes abordados no relatório.